



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E LICITAÇÕES
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 17 /2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO
BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM E A
EMPRESA ARTECOR GRÁFICA E
EDITORIA LTDA-ME.

PROCESSO Nº: 01450.007896/2010-01

O **INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pela **Lei nº. 11.906**, de 20 de janeiro de 2009, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.898.596/0001-42, com sede em Brasília/DF, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco H, Edifício Central Brasília – Brasília – DF, 2º andar, CEP 70.040.904, neste ato representado por sua Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna/DPGI, **Drª. JANE CARLA LOPES MENDONÇA**, brasileira, servidora pública federal, residente e domiciliada nesta Capital, inscrita no CPF sob o nº. 887.807.839-53, portadora da Cédula de Identidade nº 2654393 SSP/DF, nomeada por meio da Portaria nº 466, publicada no Diário Oficial da União nº 103, de 2 de junho de 2009, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ARTECOR GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 38.013.991/0001-10, neste ato representado pelo seu Representante Legal, **Sr ANTÔNIO EXPEDITO LOPES**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 214.510.441-00, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a Nota Técnica PF-IBRAM/PRS nº 022/2010, tendo em vista o disposto na **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, e demais normas que regem a espécie, vinculado para todos os efeitos ao **Pregão Eletrônico nº 075/2009 (SRP)**, que gerou a **Ata de Registro de Preços nº 11/2010** a ele vinculada, promovido pelo **Ministério da Justiça**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços gráficos para confecção de livros, livretos, cartilhas, cartazes, folder's, banner's e demais serviços gráficos especificados no Termo de Referência, de vários formatos e gramaturas, com o fornecimento de todos os materiais e serviços, nas condições e formas descritas neste Contrato, para atender as demandas do Instituto Brasileiro de Museus, em conformidade

com a Ata de Registro de Preços nº 11/2010 - Pregão Eletrônico nº 075/2009 promovido pelo Ministério da Justiça.


CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda conformidade com o Pregão para Registro de Preços nº 075/2009, que gerou a Ata de registro de preços nº 11/2010 a ele vinculada, promovido pelo Ministério da Justiça e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da **CONTRATADA**, ao Termo de Referência e demais documentos constantes do Processo nº 01450.007896/2010-01, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1) Os prazos máximos para apresentação das provas ao **CONTRATANTE**, deverão seguir as determinações abaixo:
 - a) 12 (doze) horas, contadas a partir da autorização do demandante, para cartazes, folder's, folhetos, blocos, pastas, convites, envelopes, adesivos, livretos, livros, relatórios, publicações diversas e para prova digital, quando a arte final for fornecida pelo Ministério.
 - b) 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da autorização do demandante, para o material citado no subitem acima, quando a arte final, diagramação, digitação e revisão forem elaboradas pela empresa contratada.
- 2) Os prazos máximos para impressão/acabamento e entrega, após aprovação da arte final, deverão seguir as determinações abaixo:
 - a) 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da aprovação das provas para cartazes, folder's, folhetos, blocos, pastas, convites, envelopes, adesivos e para prova digital (presmatch ou cromalim).
 - b) 12 (doze) horas para banner's.
 - c) 02 (dois) dias úteis para publicações de até 50 (cinquenta) páginas e/ou até 100 (cem) exemplares.
 - d) 03 (três) dias úteis para publicações de até 80 (oitenta) páginas e/ou até 500 (quinhentos) exemplares.
 - e) 05 (cinco) dias úteis para publicações de até 120 (cento e vinte) páginas e/ou até 1000 (hum mil) exemplares.
 - f) 10 (dez) dias úteis para publicações acima de 120 (cento e vinte) páginas e/ou acima de 1000 (hum mil) exemplares.

Parágrafo único. Os trabalhos de impressão e acabamento somente deverão ser executados, após a aprovação das provas apresentadas, pelo responsável pelas demandas.



CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – São obrigações da **CONTRATADA**:

- 1) Executar o serviço conforme a demanda do Contratante, mediante Ordem de Serviço.
- 2) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante.
- 3) Manter durante toda a execução do Contrato, em Compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.
- 4) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados.
- 5) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 6) Responsabilizar-se pela entrega do material.
- 7) Executar os serviços no prazo determinado.
- 8) Apresentar ao fiscal do Contrato uma planilha de composição de preços, onde deverão constar todos os dados da publicação com suas referidas quantidades, nos valores ofertados na proposta, que deverá ser formada considerando as reduções nos milheiros subseqüentes, bem como o acréscimo quando se tratar de publicações com montagens de cadernos ou impressões frente e verso.
- 9) Apresentar os trabalhos executados juntamente com os respectivos fotolitos e provas, 02 (duas) mídias eletrônicas CD's, sendo:
 - ✓ 01 (CD) arquivo PDF para visualização;
 - ✓ 01 (CD) arquivo final completo com fontes e links.
- 10) Os arquivos deverão ser elaborados nos software's:
 - ✓ Page Maker, In - designer, Corel drawn, Fotoshop, Ilustration, Quark – Express, com tipia (famílias de fontes) indicadas pelo ordenador responsável da publicação. (Versões atualizadas e originais dos componentes acima)

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 1) Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais.
- 2) Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 3) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste Contrato.
 - ✓ Os serviços de imagens, artes finais, provas e fotolitos, até sua aprovação, serão acompanhados pelo servidor responsável, devendo a Contratada permitir o acesso às suas dependências durante a execução dos serviços, caso haja necessidade de supervisão in loco.



4) Definir obrigatoriamente em todas as solicitações de serviços, o detalhamento das especificações das publicações, tais como:

- ✓ Formato;
- ✓ Número de páginas de miolo;
- ✓ Número cores de impressão;
- ✓ Papel e sua respectiva gramatura;
- ✓ Tiragem a produzir;
- ✓ Tipo de acabamento;
- ✓ Tipo de embalagem e quantidade de exemplares.

CLAUSULA SEXTA – DO VALOR

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total estimado de **R\$ 4.134.525,35** (quatro milhões cento e trinta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), condicionado à demanda pelos serviços objeto deste Contrato, conforme especificado na proposta da **CONTRATADA** às fls. 454/460, nos termos da Ata de Registro de Preços nº 11/2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços, objeto do presente Contrato, serão acompanhados e fiscalizados por um representante legal, devidamente designado pelo **CONTRATANTE**, denominado fiscal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis, conforme o disposto no art. 67, da Lei 8666/93.

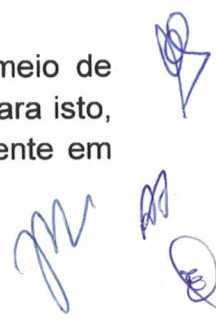
Parágrafo primeiro. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo segundo. É direito da fiscalização, rejeitar quaisquer serviços quando entender que sua execução está irregular.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado na medida em que os serviços forem efetivamente prestados, nas quantidades determinadas nas Ordens de Serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada após a realização dos serviços ao servidor designado para tal fim.

Parágrafo primeiro. O pagamento será creditado em favor da empresa por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em



que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após a aceitação e atesto pelo Fiscal do Contrato das Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo segundo. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério da Justiça em favor do **CONTRATADO**. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE**, no ato do recebimento da Nota de Empenho, o número da conta corrente e o nome da Agência, para que o crédito ocorra a contento.

Parágrafo quarto. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON LINE" junto ao **SICAF** antes da efetivação do pagamento, com a finalidade de verificar a situação da **CONTRATADA**, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados da consulta serão impressos e juntados aos autos do processo.

Parágrafo quinto. Constatando-se alguma incorreção nos documentos ou qualquer outra circunstância que impeça o seu pagamento, o **CONTRATANTE** deverá devolver à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a fatura/nota fiscal, justificando por meio de ofício, o motivo pela não liquidação do pagamento, com subsídios que possibilite a **CONTRATADA** corrigir o (s) erro (s), se for o caso. O prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. Para a realização do pagamento de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na fatura/nota fiscal correspondente, emitida sem rasuras, em letra legível e em nome do **CONTRATANTE**, o número de sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência.

Parágrafo sétimo. A **CONTRATADA** deverá deduzir das faturas/notas fiscais subseqüentes, eventuais valores identificados como indevidos e/ou pagos a maior, sempre no mês posterior ao da ocorrência dos referidos fatos geradores.

Parágrafo oitavo. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura/nota fiscal e/ou crédito existente em favor da **CONTRATADA**. Caso o valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se for o caso.

Parágrafo nono. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **ADMINISTRAÇÃO**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da fórmula a seguir:



$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde}$$

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = 6 % (Percentual da taxa anual)

Parágrafo décimo. A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

Parágrafo décimo primeiro. Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao **CONTRATANTE**, por meio de ofício, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** eventuais prejuízos decorrentes de pagamentos efetuados de forma incorreta ensejados pela devida falta de informação.

Parágrafo décimo segundo. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo décimo terceiro. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante celebração do competente Termo de Aditamento, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Instituto Brasileiro de Museus, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: PTRES 030714; Fonte 100; Natureza de Despesa: 33.90.39; PI 201000209.

Parágrafo único: Para tanto, foi emitida a Nota de Empenho nº 2010NE900099.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA**, de acordo com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, apresentando à **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato, comprovante de uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela **CONTRATANTE**, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

Parágrafo segundo. Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à **CONTRATADA** pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.) cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

Parágrafo terceiro. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do Art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a **CONTRATANTE** recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

Parágrafo quarto. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade, no mínimo, de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato.

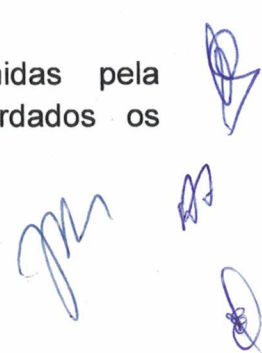
Parágrafo quinto. No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

Parágrafo sexto. A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução deste Contrato, e total adimplemento das Cláusulas avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) advertência;



b) multa:

b1) compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total deste Contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada;

b2) compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

b3) moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total deste Contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão deste Contrato;

b4) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão deste Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo primeiro. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou cobrada judicialmente.

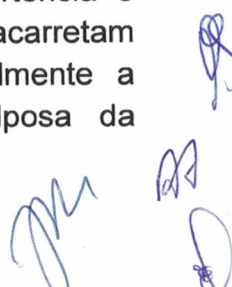
Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso b, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo terceiro. A sanção estabelecida no inciso "d" desta Cláusula é de competência exclusiva do Presidente do IBRAM, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo quarto. No caso de aplicação das sanções estabelecidas nesta Cláusula, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela **CONTRATADA**:

1) FALTAS LEVES: puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da **CONTRATANTE** e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.

2) FALTAS GRAVES: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da **CONTRATANTE**, inviabilizando total ou parcialmente a execução deste Contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da **CONTRATADA**.



3) FALTAS GRAVÍSSIMAS: puníveis com a aplicação das penalidades de multas e impedimento de licitar e contratar com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da **CONTRATANTE**, inviabilizando a execução deste Contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Ao longo do período contratual de 12 (doze) meses, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela **CONTRATANTE** de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, cujo fato da **CONTRATANTE** relevar qualquer falta não implicará em novação.

Parágrafo sexto. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia contratual ou do crédito existente na **CONTRATANTE** em relação à **CONTRATADA**. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Parágrafo oitavo. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da **CONTRATANTE**, devidamente justificado.


Parágrafo nono. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso da aplicação da penalidade descrita no Parágrafo terceiro desta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

Parágrafo décimo. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante Termo de Aditamento, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União, conforme previsto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste instrumento serão resolvidos segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas e regulamentos que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

I - A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Constituem motivo para rescisão deste Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado;
- d) o atraso injustificado no início do serviço;
- e) a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
- g) o desatendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da **CONTRATADA**;
- k) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso II, § 2º do art. 65 da referida Lei;
- n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevista desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;



o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes do serviço ou fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução do serviço ou do fornecimento, nos prazos contratuais;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

r) contratação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme determina o Inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93; e

s) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

II – A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerado nas alíneas “a” a “l” e “q” desta Cláusula;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; e

c) judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo primeiro. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo segundo. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas “l” a “q” desta Cláusula, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução da garantia;

b) pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.

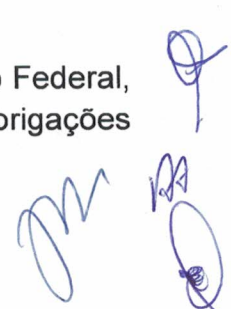
Parágrafo terceiro. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente Contrato, nos exatos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para que sejam dirimidas quaisquer controvérsias oriundas dos direitos e obrigações

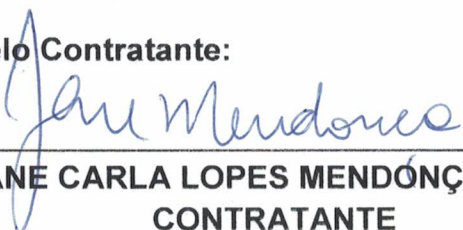


pactuados no presente instrumento de Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo primeiro. E assim, por estarem ajustadas e acordadas, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** firmam o presente Contrato em 3 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinado:

Brasília/DF, 10 de setembro de 2010.

Pelo Contratante:


JANE CARLA LOPES MENDONÇA
CONTRATANTE


Pela Contratada:


ANTÔNIO EXPEDITO LOPES
CONTRATADA

Testemunhas:


Nome: André Moreira Azevedes

CPFn.º: 6889943501-00


Nome: Eliane Vieira de Costa

CPFn.º: 828.684.501-30



**MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E LICITAÇÕES
DIVISÃO DE CONTRATOS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 17/2010, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DE
MUSEUS – IBRAM E A EMPRESA ARTECOR
GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME.**

PROCESSO N.º 01450.007896/2010-01

O **INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pela **Lei n.º 11.906**, de 20 de janeiro de 2009, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.898.596/0001-42, com sede em Brasília/DF, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco “N”, Edifício CNC III – Brasília – DF, 11º andar, CEP 70.040.904, neste ato representado pelo seu Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna/DPGI, Dr. **FRANCO CÉSAR BERNARDES**, brasileiro, servidor público federal, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito no CPF sob o n.º 505.505.001-20, portador da Cédula de Identidade n.º 1.075.205 SSP/DF, nomeado por meio da Portaria n.º 419, publicada no Diário Oficial da União n.º 117, de 20 de junho de 2011, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ARTECOR GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.013.991/0001-10, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sr **ANTÔNIO EXPEDITO LOPES**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 214.510.441-00, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a Nota Técnica n.º 12/2011-PF/IBRAM/SEDE/AE, tendo em vista o disposto na **Lei n.º 8.666**, de 21 de junho de 1993, **Lei n.º 10.520**, de 17 de julho de 2002, e demais normas que regem à espécie, vinculado para todos os efeitos ao **Pregão Eletrônico n.º 075/2009 (SRP)**, que gerou a **Ata de Registro de Preços n.º 11/2010** a ele vinculada, promovido pelo **Ministério da Justiça**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias do prazo de vigência do **Contrato Administrativo n.º 17/2010**, correspondente a prestação de serviços gráficos para confecção de livros, livretos, cartilhas, cartazes, folder's, banner's e demais serviços gráficos especificados no Termo de Referência, de vários formatos e gramaturas, com o fornecimento de todos os materiais e serviços, nas condições e formas descritas neste Contrato, para atender as demandas do **Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM**, em conformidade com a

Ata de Registro de Preços nº 11/2010 - Pregão Eletrônico nº 075/2009 promovido pelo **Ministério da Justiça**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo vigorará por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10/09/2011 (dez de setembro de dois mil e onze) até 07/03/2012 (sete de março de dois mil e doze).

Parágrafo único. O presente Contrato poderá ser rescindido, amigavelmente, em prazo inferior ao previsto no *caput* desta Cláusula, caso a Administração conclua antecipadamente o regular certame licitatório pertinente, nos termos do item II, letra “b”, da Cláusula Décima Quinta do instrumento originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Instituto Brasileiro de Museus, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: PTRES 030714; Natureza de Despesa: 3.3.90.39; PI: 201100364; Plano de Trabalho: 13.122.0750.2000.0001; Fonte: 0100.

Parágrafo único: Para tanto, foi emitida a Nota de Empenho 2011NE800051.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da **Lei nº 8.666/93**.

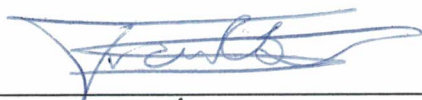
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as Cláusulas e condições pactuadas no Contrato original que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.

Parágrafo único. E assim, por estarem ajustadas e acordadas, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** firmam o presente Contrato em 3 (três) vias, de igual teor e forma:

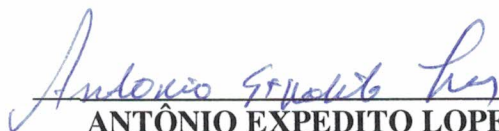
Brasília/DF, 9 de setembro de 2011.

Pelo Contratante:



FRANCO CÉSAR BERNARDES
CONTRATANTE

Pela Contratada:



ANTÔNIO EXPEDITO LOPES
CONTRATADA